

MUBi pede ao Governo que avance com mais medidas de apoio para estimular a trocar do carro pelo uso da bicicleta

6 de Maio, 2021

As candidaturas na categoria de bicicletas eléctricas atingiram o limite de incentivos que o Fundo Ambiental disponibilizou para o ano inteiro, anuncia, em comunicado a MUBi (Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta)

Na mesma nota, divulgada hoje à imprensa, a MUBi pede ao Governo que “aproveite a oportunidade da procura pela utilização da bicicleta gerada pela pandemia, para reforçar este programa e avançar com mais medidas de apoio que estimulem mais pessoas a trocar o carro pelo uso da bicicleta”.

Segundo a MUBI, após a abertura das candidaturas, demorou apenas três semanas para que as bicicletas convencionais tivessem esgotado os apoios que o Fundo Ambiental disponibilizou para 2021 nesta categoria. Agora, com “pouco mais de quatro meses decorridos do ano, são as bicicletas eléctricas que atingem o limite de incentivos previsto para o ano todo”, precisa a nota.

“Se em 2020 os apoios para bicicletas eléctricas não chegaram a meio do ano, este ano, mesmo com o número de unidades de incentivo nesta categoria a ter quase duplicado, estes esgotam ainda mais cedo”, atenta a Associação.

O recurso à utilização da bicicleta como alternativa às deslocações em automóvel nas cidades vem a crescer há vários anos por todo o mundo, principalmente nos locais que têm investido em criar as condições para que esta seja uma opção segura e conveniente. Com a pandemia, e as pessoas a procurarem um modo de transporte seguro e saudável, a procura pela utilização da bicicleta disparou. Porém, “mais de um ano de pandemia em que se está a perder uma oportunidade para mudar radicalmente a forma como os portugueses se deslocam nas nossas cidades”, alerta.

A MUBi espera que os apoios de incentivo à aquisição de bicicletas do Fundo Ambiental possam ser reforçados ainda este ano para dar resposta à procura existente, pedindo que o Governo aproveite o “boom que a pandemia gerou de interesse e procura pela utilização da bicicleta para avançar rapidamente com outras medidas de apoio e estímulo à mobilidade ativa”.

A MUBi tem ainda vindo a defender a “criação de um programa nacional de incentivos às deslocações casa-trabalho em bicicleta, à semelhança dos que existem em vários outros países europeus”. Este tipo de programas tem um “grande potencial na transferência modal efetiva do automóvel para a bicicleta nas deslocações quotidianas, e comprovadamente resulta num excelente retorno positivo para a sociedade, nomeadamente em termos de saúde pública”, refere o comunicado.

A Estratégia Nacional para a Mobilidade Activa Ciclável (ENMAC) 2020-2030 foi

aprovada há quase dois anos, e muitas das suas medidas deveriam estar já “no terreno”, atenta. Contudo, “falta ainda à Estratégia ter uma equipa de coordenação dedicada e ser dotada de um orçamento próprio”, refere a MUBI, destacando que, também as entidades responsáveis pelas suas medidas precisam de ser “capacitadas em recursos humanos e meios técnicos e financeiros para a sua execução.

Com a ENMAC, refere a Associação, o Governo estabeleceu a meta de que até ao final desta década a quota modal das viagens em bicicleta em Portugal seja equivalente à do resto da Europa: “A Assembleia da República tem vindo no último ano, por diversas vezes, a instar o Governo para que priorize e acelere a sua implementação e a execução das suas medidas”. Mas, também as autarquias “precisam de fazer muito mais em desincentivar o uso excessivo do automóvel, reduzir velocidades motorizadas, distribuir mais equitativamente o espaço urbano para uso dos modos mais saudáveis e ambientalmente sustentáveis, e criar redes de percursos seguros para quem se desloca a pé e em bicicleta”, lê-se no mesmo comunicado.